

Questões sobre:

Desigualdade em Rousseau (3.3);
Democracia e Justiça (1.6);
Desigualdade em Platão (3.2);
O Homem como um ser da natureza (3.1)

76) (ENEM-2010-1ªAplic) O Príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá ser mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem os distúrbios que levam ao assínio e ao roubo. MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

No século XVI, Maquiavel escreveu *O Príncipe*, reflexão sobre a monarquia e a função do governante. A manutenção da ordem social, segundo esse autor, baseava-se na:

- A) Inércia do julgamento de crimes polêmicos.
- B) Bondade em relação ao comportamento dos mercenários.
- C) Compaixão quanto à condenação de transgressões religiosas.
- D) Neutralidade diante da condenação dos servos.
- E) Conveniência entre o poder tirânico e a moral do príncipe.

45.2) (VUNESP-CFO-SP-2014-Q13) “Ora, como os pactos de confiança mútua são inválidos sempre que de qualquer dos lados existe receio de não cumprimento, embora a origem da justiça seja a celebração dos pactos, não pode haver realmente injustiça antes de ser removida a causa desse medo; o que não pode ser feito enquanto os homens se encontram na condição natural de guerra. Portanto, para que as palavras “justo” e “injusto” possam ter lugar, é necessária alguma espécie de poder coercitivo, capaz de obrigar igualmente os homens ao cumprimento de seus pactos, mediante o terror de algum castigo que seja superior ao benefício que esperam tirar do rompimento do pacto, e capaz de fortalecer aquela propriedade que os homens adquirem por contrato mútuo, como recompensa do direito universal a que renunciaram. E não pode haver tal poder antes de erigir-se um Estado”.

(Thomas Hobbes. *Leviatã: ou Matéria, Forma e Poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984)

O *Leviatã* de Hobbes é um livro clássico de reflexão política. Publicado durante a guerra civil inglesa, em 1651, elabora filosoficamente uma das teorias mais influentes do Contrato Social. O excerto trata da questão da justiça, que, segundo o autor,

- (A) está presente no estado de natureza, antes do nascimento do Estado.
- (B) surge nas relações humanas desprovidas de temor.
- (C) vigora na guerra no momento da celebração de pactos.
- (D) é voluntariamente respeitada por homens conscientes de seus direitos.
- (E) torna-se possível somente com a instituição de um poder coercitivo comum a todos.

78) (CFO-SP-2013-Q12) “Enquanto os homens se contentaram com suas cabanas rústicas, enquanto se limitaram a costurar com espinhos ou com cerdas suas roupas de peles, a enfeitar-se com plumas e conchas, a pintar o corpo com várias cores, a aperfeiçoar ou embelezar seus arcos e flechas, a cortar com pedras agudas algumas canoas de pescador ou alguns instrumentos grosseiros de música – em uma palavra:

enquanto só se dedicaram a obras que um único homem podia criar, e a artes que não solicitavam o concurso de várias mãos, viveram tão livres, sadios, bons e felizes quanto o poderiam ser por sua natureza, e continuaram a gozar entre si das doçuras de um comércio independente; mas, desde o instante em que um homem sentiu necessidade do socorro de outro, desde que se percebeu ser útil a um só contar com provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas transformaram-se em campos aprazíveis que se impôs regar com o suor dos homens e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e crescerem com as colheitas”.

(J. J. Rousseau. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural, 1978).

A partir da análise do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O homem que consegue sobreviver independentemente do auxílio de outros homens está condenado a uma existência miserável.
- (B) O homem necessita viver com outros homens em sociedade, pois somente assim poderá desfrutar de uma existência digna e próspera.
- (C) Assim que o homem sentiu necessidade de viver em sociedade, a igualdade floresceu com o surgimento da propriedade e do trabalho.
- (D) A vida do homem em sociedade fez com que a desigualdade passasse a dominar e a escravidão e a miséria tornaram-se cada vez maiores.
- (E) A escravidão e a miséria predominam quando o homem não tem necessidade de viver em conjunto com outros.

79) (CFO-SP-2010-Q13) No século XVIII, vários filósofos europeus refletiram sobre o fundamento do poder dos reis e da aristocracia. Entre eles, se destaca Jean-Jacques Rousseau, para quem a organização social deveria abolir as leis que estabeleciam privilégios para alguns em detrimento de outros, uma vez que todos os homens, segundo ele, nasciam naturalmente iguais. Considerando as concepções políticas de Rousseau, pode-se afirmar que:

- (A) a aristocracia tinha o direito natural de preservar seus privilégios.
- (B) as diferenças sociais eram decorrência direta da vontade de Deus.
- (C) as desigualdades então vigentes resultavam de convenções sociais.
- (D) o poder do Estado deveria ser exercido por um déspota esclarecido.
- (E) o direito divino deveria ser o fundamento para o exercício do poder.

80) (CFO-SP-2011-Q15) Jean-Jacques Rousseau publicou em 1755 o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Em dedicatória aos governantes de Genebra, afirma:

Eu quisera nascer num país em que o soberano e o povo só pudessem ter um único e mesmo interesse, a fim de que todos os movimentos da máquina tendessem sempre unicamente à felicidade comum; como isso só poderia ser feito se o povo e o soberano fossem a mesma pessoa, resulta que eu quisera nascer sob um governo democrático, sabiamente moderado.

Eu quisera viver e morrer livre, isto é, de tal modo submetido às leis que nem eu nem ninguém pudesse sacudir o honroso jugo, esse jugo salutar e doce, que as cabeças mais altivas carregam tanto mais docilmente quanto são feitas para não carregar nenhum outro.

Eu quisera, pois, que ninguém, no Estado, pudesse dizer-se acima da lei, e que ninguém, fora dele, pudesse impor alguma que o Estado fosse obrigado a reconhecer; de fato, qualquer que possa ser a constituição de um governo, se neste se encontra um só homem que não esteja submetido à lei, todos os outros ficam necessariamente à discrição deste último (...) (www.culturabrasil.org)

Com base no trecho, pode-se afirmar que:

- (A) os interesses do soberano nem sempre devem corresponder aos interesses dos cidadãos, uma vez que o governo democrático deve representar interesses conflitantes.
- (B) a felicidade do povo depende do esforço de um soberano que consiga garantir a condução do governo com moderação.
- (C) a liberdade só poderá ser efetivada pela obediência a leis comuns, que se apliquem indistintamente a todos os homens.
- (D) o exercício da liberdade não pode estar submetido às leis, pois nem sempre elas serão justas, mesmo em Estados democráticos.
- (E) o Estado tem o dever de determinar os limites de validade da lei, pois sua aplicabilidade varia de acordo com a constituição do governo.

81) (CFO-SP-2016-Q10) Ora, nada é mais meigo do que o homem em seu estado primitivo, quando, colocado pela natureza a igual distância da estupidez dos brutos e das luzes funestas do homem civil e compelido tanto pelo instinto quanto pela razão a defender-se do mal que o ameaça, é impedido pela piedade natural de fazer mal a alguém sem ser a isso levado por alguma coisa ou mesmo depois de atingido por algum mal. Porque, segundo o sábio Locke, “não haveria afronta se não houvesse propriedade”. (Jean-Jacques Rousseau, *Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens*. Adaptado)

Baseando-se no texto, é correto afirmar que o pensamento do filósofo Rousseau

- (A) concebeu a existência da propriedade como origem das desigualdades sociais.
- (B) exaltou a civilização burguesa em detrimento das sociedades primitivas.
- (C) considerou a vida em estado de natureza como “guerra de todos contra todos”.
- (D) defendeu a autoridade totalitária do Estado contra os direitos individuais.
- (E) desenvolveu argumentos ideologicamente favoráveis ao colonialismo europeu.

41) (ENEM-2009-Q58) Segundo Aristóteles, “na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios — esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais —, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas”. (VAN ACKER, T. *Grécia: A vida cotidiana na cidade-Estado*. São Paulo: Atual, 1994).

O trecho, retirado da obra *Política*, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania:

- A) possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.
- B) era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.

- C) estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da *pólis* a participarem da vida cívica.
- D) tinha profundas conexões com a justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.
- E) vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.

42) (Professor de Filosofia – S.E. de São Caetano do Sul - SP - CAIP – USCS - Q38 – acrescido trecho entre parênteses no enunciado) Em Aristóteles encontramos a ideia de homem como animal político (*zoon politikon* – cf. *Política*). Em seu pensamento político, o referido filósofo defendia uma concepção de política em que:

- A) o Estado deveria ser a síntese dos valores transcendentais.
- B) a cidade feliz deveria ser governada com racionalidade, imperando a justiça e o equilíbrio.
- C) a justiça é vista como fruto da abdicação do interesse privado em razão do bem comum ou social.
- D) a lei eterna (*lex aeterna*) deveria suplantiar a lei natural (*lex naturalis*) e a lei humana (*lex humana*).

43) (CFO-SP-2012-Q13) “Tramita no Senado um projeto que reserva 50% das vagas em universidades federais para egressos de escolas públicas. A proposta pode até ser justa, mas, se efetivada, representaria um golpe na excelência dessas instituições. (...) Democratizar-se e manter a qualidade são objetivos até certo ponto contraditórios. Não que seja impossível conciliá-los, mas existe um número ótimo de alunos menos preparados que uma instituição pode incorporar antes de comprometer a qualidade. Um corte linear de 50% em todas as universidades federais dificilmente é a melhor resposta.” (Hélio Schwartsman. “Cotas e ilusões”. *Folha de São Paulo*, 09.06.2012). O texto sugere que

- (A) instituir o sistema de cotas gera uma contradição entre a democratização das universidades federais e sua excelência.
- (B) adotar um critério de mérito no ingresso é necessário para preservar a excelência no ensino superior público federal.
- (C) atribuir cotas para ingresso no ensino superior público estabelece privilégios eticamente injustificáveis.
- (D) privilegiar alunos de escolas públicas nas universidades Federais instaura preconceitos contra alunos de escolas privadas.
- (E) admitir cotas de alunos menos preparados como proposto é um imperativo ético de reparação de injustiças históricas.

44) (UEL-2008) “E justiça é aquilo em virtude do qual se diz que o homem justo pratica, por escolha própria, o que é justo, e que distribui, seja entre si mesmo e um outro, seja entre dois outros, não de maneira a dar mais do que convém a si mesmo e menos ao seu próximo (e inversamente no relativo ao que não convém), mas de maneira a dar o que é igual de acordo com a proporção; e da mesma forma quando se trata de distribuir entre duas outras pessoas”.

Fonte: ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 89.

De acordo com o texto e os conhecimentos sobre a justiça em Aristóteles, é correto afirmar:

- a) É possível que um homem aja injustamente sem ser injusto.
- b) A justiça é uma virtude que não pode ser considerada um meio-termo.
- c) A justiça corretiva deve ser feita de acordo com o mérito.
- d) Os partidários da democracia identificam o mérito com a excelência moral.
- e) Os partidários da aristocracia identificam o mérito com a riqueza.

45) (CFO-SP-2015-Q12) - Aqui, portanto, está a complexidade, o fascínio e a tragédia de toda vida política. A política é composta de dois elementos – utopia e realidade – pertencentes a dois planos diferentes que jamais se encontram. Não há barreira maior ao pensamento político claro do que o fracasso em distinguir entre ideais, que são utopia, e instituições, que são realidade. O comunista, que lançava o comunismo contra a democracia, pensava normalmente no comunismo como um ideal puro de igualdade e fraternidade, e na democracia como uma instituição que existia na Grã-Bretanha, França ou Estados Unidos, e que apresentava os interesses escusos, as desigualdades e a opressão inerentes a todas as instituições políticas. O democrata, que fazia a mesma comparação, estava de fato comparando um padrão ideal de democracia existente no céu, com o comunismo, como uma instituição existente na Rússia Soviética, com suas divisões de classes, suas caças aos hereges e seus campos de concentração. A comparação, feita, em ambos os casos, entre um ideal e uma instituição, é irrelevante e não faz sentido. O ideal, uma vez incorporado numa instituição, deixa de ser um ideal e torna-se a expressão de um interesse egoístico, que deve ser destruído em nome de um novo ideal. Esta constante interação de forças irreconciliáveis é a substância da política. Toda situação política contém elementos mutuamente incompatíveis de utopia e realidade, de moral e poder.”

(E. H. Carr, *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Editora Universidade de Brasília, 2001)

Nesse texto, o historiador, jornalista e teórico das relações internacionais britânico E. H. Carr reflete sobre a complexidade da política. Segundo o texto,

- (A) o comunismo é um regime antidemocrático, desigual e contrário à liberdade de opinião.
- (B) a democracia é uma instituição que apresenta as mesmas desigualdades inerentes a todas as instituições políticas.
- (C) o fenômeno político apresenta traços diversos, contraditórios, difíceis de serem distinguidos no momento da ação propriamente política.
- (D) tanto o comunista quanto o democrata estão certos em acreditar que o realismo deve se impor às utopias.
- (E) os democratas e os comunistas têm razão em acreditar que a política é feita mais de utopia do que de realidade.

45.1) (VUNESP-CFO-SP-2017-Q12) O pensamento de Rousseau é muitas vezes entendido como radical no que se refere à sua visão de democracia porque

- (A) propõe que só com o socialismo poderemos chegar a uma verdadeira democracia, pois assim se estabelece a igualdade entre os homens.
- (B) propõe o voto direto para todos os cargos de representantes do povo.

(C) critica as formas de representação vigentes, dizendo que somente quando votamos é que somos livres e soberanos.

(D) concebe a necessidade de um Estado acima da Sociedade que submete a todos igualmente.

(E) defende, pela primeira vez, o direito de voto para as mulheres para que seja garantida a democracia.

70) (UEL-2008) Leia os textos a seguir:

“A amizade perfeita é a dos homens que são bons e afins na virtude, pois esses desejam igualmente bem um ao outro enquanto bons, e são bons em si mesmos. Ora, os que desejam bem aos seus amigos por eles mesmos são os mais verdadeiramente amigos, porque o fazem em razão da sua própria natureza e não acidentalmente”. (ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. In: *Os Pensadores IV*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 381-382.)

“Os amigos formam uma unidade mais completa e mais perfeita do que os indivíduos isolados e, pela ajuda recíproca e desinteressada, fazem com que cada um seja mais autônomo e mais independente do que se estivesse só”. (CHAUÍ, M. de S. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 323.)

Com base nos textos acima e nos conhecimentos sobre o pensamento ético e político de Aristóteles, considere as afirmativas a seguir.

I. Uma sociedade de amigos é mais perfeita e durável por considerar a lei como norma mantenedora da amizade.

II. Os amigos tornam a sociedade política perfeita ao se isolarem.

III. Os virtuosos e bons são verdadeiramente amigos por desejarem o bem reciprocamente.

IV. A amizade só pode existir entre os virtuosos, que são semelhantes em caráter; por isso, formam uma sociedade justa.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas.

A) I e IV.

B) III e IV.

C) II e III.

D) I, II e III.

E) I, II e IV.

71) (Professor de Filosofia – SEE-SP - FCC – 2010) Leia com atenção o texto a seguir.

“A virtude é a própria potência do homem, que se define exclusivamente pela essência dele [...], isto é [...], que se define exclusivamente pelo esforço que o homem faz para perseverar em seu ser. Logo, quanto mais alguém se empenha em conservar seu ser e tem poder para tal, mais é dotado de virtude. O contrário acontece [...], na medida em que alguém desdenha conservar seu ser, e por isso é impotente.” (ESPINOSA, B. *Ética*. In: MARCONDES, D. (org.). *Textos básicos de ética: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 75).

É INCORRETO dizer que, para Espinosa,

(A) o ser humano que é virtuoso age conforme a natureza.

(B) o conceito de virtude liga-se ao de autoconservação.

(C) os homens, para alcançar a virtude, devem superar a sua tendência natural por

meio do hábito.

(D) os homens são virtuosos por essência.

(E) um ser humano age contra a própria utilidade somente sob a influência de causas externas que o corrompem.

72) (CFO-SP-2012-Q14) Na cidade sois todos irmãos, [...] mas o deus que vos formou misturou ouro na composição daqueles de entre vós que são capazes de comandar: por isso são os mais preciosos. Misturou prata na composição dos auxiliares; ferro e bronze na dos lavradores e na dos outros artesãos. Em geral procriareis filhos semelhantes a vós; mas, visto que sois todos parentes, pode suceder que do ouro nasça um rebento de prata, da prata um rebento de ouro e que as mesmas transmutações se produzam entre os outros metais. Por isso, acima de tudo e principalmente, o deus ordena aos magistrados que zelem atentamente pelas crianças, que atentem no metal que se encontra misturado à sua alma e, se nos seus próprios filhos houver mistura de bronze ou ferro, que sejam impiedosos para com eles e lhes reservem o tipo de honra devida à sua natureza, relegando-os para a classe dos artesãos e lavradores; mas, se destes últimos nascer uma criança cuja alma contenha ouro ou prata, o deus quer que seja honrada, elevando-a à categoria de guarda ou à de auxiliar.

(Platão. *República*. Tradução Enrico Corvisieri. São Paulo, Nova Cultural, 1996, p. 111).

Nesta passagem da *República*, Platão apresenta uma metáfora que descreve:

(A) a consagração de uma concepção democrática na *polis* ideal platônica.

(B) os diferentes tipos essenciais de capacidades humanas segundo Platão.

(C) o modelo militarista da organização social imperante em Esparta.

(D) a organização democrática de Atenas, considerada ideal por Platão.

(E) a igualdade intrínseca que caracteriza todos os habitantes da *polis*.

73) (CFO-SP-2014-Q15) “Enquanto não forem, ou os filósofos reis nas cidades, ou os que agora se chamam rei e soberanos filósofos genuínos e capazes, e se dê esta união do poder político com a filosofia, enquanto as numerosas naturezas que atualmente seguem um destes caminhos com exclusão do outro não forem impedidas forçosamente de o fazer, não haverá tréguas dos males, meu caro Gláucon, para as cidades, nem sequer, julgo eu, para o gênero humano, nem antes disso será jamais possível e verá a luz do sol a cidade que há pouco descrevemos. Mas isto é o que eu há muito hesitava em dizer, por ver como seriam paradoxais essas afirmações. Efetivamente, é penoso ver que não há outra felicidade possível, particular ou pública”. (Platão. *A República*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993)

Platão foi discípulo de Sócrates e adotou do mestre, no exercício do pensamento filosófico, o método de perguntas e respostas.

Em *A República*, Sócrates dialoga com Gláucon sobre a necessidade de um novo equilíbrio político na *polis* grega. Segundo o argumento platônico,

(A) a qualquer um é dada a capacidade de bem governar a cidade.

(B) a união da filosofia com a política é prejudicial à felicidade dos cidadãos.

(C) a garantia da independência da cidade é a constituição de um poder militar.

(D) a formação filosófica de estrangeiros e mulheres é capaz de garantir a democracia.

(E) a felicidade de todos é possível somente se os filósofos assumirem o poder.

74) (ENEM-2014-Q25)



SANZIO, R. Detalhe do afresco **A Escola de Atenas**. Acesso em: 20 mar. 2013.

No centro da imagem o filósofo Platão é retratado apontando para o alto. Esse gesto significa que o conhecimento se encontra em uma instância na qual o homem descobre a:

- A) suspensão do juízo como reveladora da verdade.
- B) realidade inteligível por meio do método dialético.
- C) salvação da condição mortal pelo poder de Deus.
- D) essência das coisas sensíveis no intelecto divino.
- E) ordem intrínseca ao mundo por meio da sensibilidade.

75) (UFU 09/2002) “Mas quem fosse inteligente [...] lembrar-se-ia de que as perturbações visuais são duplas, e por dupla causa, da passagem da luz à sombra, e da sombra à luz. Se compreendesse que o mesmo se passa com a alma, quando visse alguma perturbada e incapaz de ver, não riria sem razão, mas reparava se ela não estaria antes ofuscada por falta de hábito, por vir de uma vida mais luminosa, ou se, por vir de uma maior ignorância a uma luz mais brilhante, não estaria deslumbrada por reflexos demasiadamente refulgentes [brilhantes]; à primeira, deveria felicitar pelas suas condições e pelo seu gênero de vida; da segunda, ter compaixão e, se quisesse trocar dela, seria menos risível esta zombaria do que aquela que descia do mundo luminoso.”

(A República, 518 a-b, trad. Maria Helena da Rocha Pereira, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987).

Sobre este trecho do livro VII de A República de Platão, é correto afirmar.

I - A condição de quem vive nas sombras é digna de compaixão.

II - O filósofo, sendo aquele que passa da luz à sombra, não tem problemas em retornar às sombras.

III - O trecho estabelece uma relação entre o mundo visível e o inteligível, fundada em uma comparação entre o olho e a alma.

IV - No trecho, é afirmado que o conhecimento não necessita de educação, pois quem se encontraria nas sombras facilmente se acostumaria à luz.

Marque a alternativa que contém todas as afirmações corretas.

- A) II e III B) I e IV C) I e III D) III e IV

69.1)¹ (VUNESP-CFO-SP-2018-Q9) Concepções filosóficas sobre a natureza humana divergiram muito entre filósofos da era moderna. Para Thomas Hobbes, o ser humano é naturalmente egoísta, preocupando-se apenas consigo mesmo. Para Jean Jacques Rousseau, por outro lado, o ser humano é naturalmente bom.

Considerando estas duas perspectivas diversas, assinale a alternativa correta.

- (A) Para Hobbes, a organização do Estado permite ao ser humano permanecer egoísta.
- (B) Segundo Rousseau, a natureza humana precisa ser domesticada pela sociedade.
- (C) As teses sobre a natureza humana de Hobbes e Rousseau acabam coincidindo.
- (D) Na perspectiva de Rousseau, a vida em sociedade corrompe a natureza humana.
- (E) Hobbes defende uma perspectiva otimista sobre a verdadeira natureza humana.

GABARITO:

41	42	43	44	45	45.1	45.2
B	B	A	A	C	C	E

69.1	70	71	72	73	74	75	76	78	79	80	81
D	B	C	B	E	B	C	E	D	C	C	A

¹ Para resolver essa questão é válido estudar, também, o tópico 3.3. do Edital “A desigualdade segundo Rousseau” (vide esta Apostila).